

Prazeres versus Rocinha: o lixo rico de cada dia

Valeria Pereira Bastos*
João Batista Silva**
Maria Izabel Carvalho***

Resumo

O presente artigo intenciona fazer um estudo comparativo referente às diferentes práticas de destinação de lixo nas favelas, a partir das pesquisas que vêm sendo realizadas no Morro dos Prazeres e na Favela da Rocinha, pois tem se tornado visível que para o cumprimento da legislação - Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS - Lei 12.305/2010, além da ação pública, obrigatória, faz-se necessário se ter uma relação direta com o processo de mobilização e participação popular como ferramentas fundamentais para o desenvolvimento de ações socioambientais que garantam para além do equilíbrio ambiental, qualidade de vida para a população.

Palavras-chave: favela; lixo; mobilização; participação popular.

Prazeres versus Rocinha: the rich trash of everyday

Abstract

This article intends to make a comparative study regarding the different practices of disposal of garbage in the slums, from the research being carried out in the Morro dos Prazeres and in Favela da Rocinha, it has become apparent that for legal compliance - Policy national Solid Waste - PNRS - Law 12.305 / 2010 , as well as public action , it is necessary to have a direct relationship to the process of mobilization and popular participation as fundamental tools for the development of social and environmental actions to ensure beyond the environmental balance , quality of life for the population.

Keywords: slum; garbag; mobilization; participation.

Recebido em: outubro de 2015
Aprovado em: dezembro de 2015

* Doutora em Serviço Social e Professora do Departamento de Serviço Social – PUC-Rio – Pesquisadora e integrante do Laboratório de Estudos Urbanos e Socioambiental – LEUS.

** Assistente Social – Mestrando do Departamento de Serviço Social – PUC-Rio – Pesquisa Grupos Emergentes - LEUS – FAPERJ - Campo de Pesquisa – Morro dos Prazeres.

*** Assistente Social – Mestranda do Departamento de Serviço Social- PUC-Rio – Pesquisa Grupos Emergentes - LEUS – FAPERJ – Campo de Pesquisa – Favela da Rocinha

Introdução

O presente artigo é fruto das pesquisas que vêm sendo realizadas nas favelas dos Prazeres e Rocinha desde o segundo semestre de 2014, e se constituem como uma das iniciativas do Laboratório de Estudos Urbanos e Socioambientais - LEUS do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio, e terá como base de análise, o estudo comparativo entre duas áreas favelizadas que apontam caminhos diferenciados no processo de destinação do lixo produzido pelos moradores, portanto, pretendemos elucidar a importância dos caminhos construídos para criação de um ciclo na busca da auto sustentabilidade na área de resíduos sólidos¹ visando também o investimento no desenvolvimento local, onde através do recebimento da doação dos resíduos sólidos domiciliares² descartados pelos moradores e parceiros locais, o montante é vendido para empresas recicladoras, cuja receita gerada torna possível manter a operacionalização das ações de educação ambiental no viés crítico em busca de melhorias para favela, oferecendo ao mesmo tempo, condições propícias para que a população passe a ter melhor consciência do seu papel como morador e munícipe, e possa então cobrar através de pressão comunitária uma melhor atitude por parte do poder público no que diz respeito a sua competência. Por outro lado, intencionamos apontar como forma de retrocesso, os descaminhos existentes por outra favela no trato com seu lixo, que além de não promoverem mobilização comunitária em prol de um bem comum, propiciam acúmulo excessivo de lixo, ocasionador de problemas não só de ordem ambiental, mas de saúde e baixa qualidade de vida.

Considerando que a produção desenfreada de lixo, sem sua correta destinação, tem sido nos últimos trinta anos, objeto de preocupação mundial e gerador de danos, principalmente nas áreas empobrecidas, como é caso da sua produção nas favelas, sobretudo pelo o estigma que as acompanham, o lixo apresenta-se como mais um fomentador de riscos e vulnerabilidades socioambientais destes “não-possuidores” (SANTOS, 2007), moradores da favela, a “cidade escassa” (GONÇALVES, 2013).

A questão ambiental tem ficado sempre em segundo plano, pois o que mais importa é o crescimento econômico; sobre a preservação do meio ambiente, pensa-se depois. Isso tem acarretado sérios problemas ambientais de uma forma geral, no entanto os que mais sofrem tais consequências são os mais pobres.

Portanto, por mais que a questão legal da produção e tratamento dos resíduos sólidos esteja determinada não somente na Política Nacional de Resíduos Sólidos, mas também em outras leis, como na Lei Federal do Saneamento Básico, sabemos que na prática, os processos não se dão conforme postos na legislação, principalmente quando se trata da execução dessas nas favelas - territórios muitas vezes abandonados pelo poder público.

Prazeres versus Rocinha: cada favela uma história

A hora e a vez dos Prazeres

Diante do contexto já apontado, iniciaremos nossa reflexão, centrando o nosso olhar na questão do lixo e nos sinais de resistência e mobilização social, que na favela do Morro dos Prazeres tem uma longa história, mas antes vale ressaltar que o Complexo do Morro dos Prazeres é composto por duas favelas – Morro dos Prazeres e Morro do Escondidinho –, localizado na XXIII Região Administrativa da cidade do Rio de Janeiro, área que compreende o bairro de Santa Teresa, porém o nosso estudo estará centrado somente no Morro dos Prazeres.

Consideramos importante ressaltar, também, que a estimativa populacional do Morro dos Prazeres, segundo o Censo Demográfico (IBGE, 2010), é de 2.136 habitantes, que residem em 622 habitações, que o Morro dos Prazeres, segundo o Panorama dos Territórios (2014), tem a sua população assentada em 622 domicílios distribuídos em uma área territorial de 48.871 m² e conta com um quadro de organização socioeconômica onde os responsáveis pelos domicílios apresentam a seguinte situação: 90,2% ganhando de 0 até 2 salários mínimos, onde 18,0% destes encontram-se sem rendimentos formal comprovado; 2,1% ganham até ½ salário mínimo; 40,7% ganham mais de ½ a 1 salário mínimo e; 2,1% ganham de mais de 1 a 2 salário mínimos. Esta é uma situação totalmente dispare da realidade da Região Administrativa a que pertence. Os dados de Santa Teresa são de: 9,4%; 0,6%; 17,6% e; 27,4%, respectivamente, chegando ao percentual de 55%. Assim, mesmo que situado na Região Administrativa de Santa Teresa, o Morro dos Prazeres não acompanha a realidade socioeconômica desta região e se estabelece como uma favela, das mais pobres do município.

O recorte histórico que nos norteará, está voltado para o ano de 2010, ano do desastre ocorrido no Morro dos Prazeres, onde um grave deslizamento de terra vitimou três dezenas de pessoas, além de gerar perdas materiais e desvelar a problemática do lixo nas encostas do

morro como seu maior algoz, gerando então a necessidade de promover a reflexão comunitária sobre o efeito do lixo na produção do desastre e de incentivar a construção de estratégias de enfrentamento desta demanda, pela questão socioambiental que o envolve, sem deixar de sinalizar a necessidade da presença do Estado na gestão deste espaço e problematizar as contribuições da ausência de medidas preventivas do desastre, por parte do poder público.

Assim começam as primeiras informações sobre o desastre que marcaria a vida dos moradores da favela dos Prazeres e que define o marco das mudanças comunitárias para o enfrentamento da questão do lixo e suas consequências para toda a coletividade.

Os técnicos da GEO Rio, órgão municipal responsável pelo diagnóstico das áreas de risco e emissão dos autos de interdição, apressaram-se em dizer que todo o morro era uma área de risco e que seria necessária a remoção de toda a favela, acusando o acúmulo de lixo como disparador do desastre. Uma afirmativa feita sem a apresentação dos laudos técnicos que a definira como tal, segundo apresenta o relatório da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (2010).

Segundo Silva, Loureiro e Silveira (2010),

Atentando-se para os aspectos ambientais dos deslizamentos apresentados por Amaral e Feijó (2007) em relação ao Rio Comprido e Santa Tereza pôde-se ter as seguintes informações: o Rio Comprido está entre os cinco bairros mais afetados por escorregamentos significativos por regiões da cidade e Santa Teresa está entre os dez; o bairro do Rio Comprido detém posição de destaque no Inventário de Escorregamentos Urbanos do Rio de Janeiro, já que o primeiro deslizamento urbano de larga escala do município ocorreu no Morro do Querosene em 1962, que também está localizado neste bairro. (SILVA, LOUREIRO & SILVEIRA, 2010).

Os autores concluem, dentre outras coisas, que a proporção do acidente seguiu segundo uma conjunção de fatores que iam desde: Ordem Social – numa desordenada ocupação do solo; Ordem Natural – com uma precipitação de uma grande carga pluvial que ocasionou a ruptura do talude e; Ordem político-administrativa – com “deficiências na prevenção e na remediação” desta área de histórico conhecimento do seu grau de risco. (SILVA, LOUREIRO & SILVEIRA, 2010, p. 191).

Para evitar a remoção, os moradores começaram um movimento em busca de apoios e parcerias, internas e externas, para construção de uma rede que lhes permitisse encontrar caminhos que promovessem mudanças na favela, sobretudo, na questão da forma como seus moradores lidavam com a destinação do seu lixo.

No entanto, apesar do Morro dos Prazeres necessitar de vários serviços para garantir a integridade e melhor qualidade de vida aos seus moradores, por conseguinte, a diminuição de

riscos ambientais para evitar novos acidentes sugeridos em documentos oficiais dos órgãos públicos, registramos que a ação governamental “mais importante” desde o desastre, foi a implantação da Unidade de Polícia Pacificadora, que se estabeleceu em 2011, e que se apresenta como o marco da entrada do Estado nesta favela. Sendo assim, o que verificamos é que o Morro dos Prazeres, como inúmeras favelas do Rio de Janeiro, somente ganhou sua intervenção governamental mais contundente, no campo da segurança pública, através da “pacificação”, com a entrada das Forças de Segurança, sob a responsabilidade da Secretaria de Estado de Segurança Pública.

A questão da segurança tem relevância social, mas foram as questões de instabilidade das encostas e a necessidade de se fazer ações que diminuíssem os impactos do lixo na produção do desastre, os fatores mais prementes e que demandavam ações governamentais mais urgentes. No entanto, passado um ano da “pacificação”, as obras necessárias e projetos interventivos de saneamento básico não chegaram nem a reboque deste programa de policiamento - UPP.

Diante da ausência de respostas públicas para sanar as demandas que corroboraram significativamente para origem ao desastre e que vitimaram pessoas e causaram inúmeros danos à vida dos moradores da favela, o coletivo do Morro dos Prazeres buscou ações de enfrentamento à questão do lixo e passou a desenvolver estratégias de resistência, transformando a estreita relação com o lixo em possibilidades alternativas para lidar com a experiência de escassez de políticas públicas e com os riscos e vulnerabilidades presentes. Foram três anos, do início do movimento, à construção, implementação e ajustes de um projeto de reciclagem que tinha como foco a mudança de olhar da comunidade para com os resíduos por ela gerados.

Nasce assim o projeto “Reciclação”, coordenado de modo coletivo por um grupo de trabalho (GT), formado por diferentes parceiros técnicos e estratégicos, oriundos de instâncias comunitárias, organizações não governamentais, organizações governamentais, instituto de investimento social e empresas, articulados em formato de rede, num movimento intersetorial horizontal, tendo uma Articuladora Local e três Agentes de Reciclagem, que promovem a mobilização dos moradores através de encontros comunitários que dinamizam os efeitos esperados e se estabelece sob os aspectos orientadores da educação popular, prática pedagógica transformadora na coleta seletiva e na reciclagem do lixo, um movimento que se estabelece a partir de um lugar estigmatizado, que promove a mobilização comunitária como mola propulsora do processo de transformação social da favela, tendo o morador como

protagonista, “como sujeito sendo também objeto, sobretudo ao considerarmos o povo e o território como realidades indissolúvelmente relacionadas”. (SANTOS, 2001).

Um projeto que nasce e se constitui com o objetivo de promover a reciclagem nos remonta apenas aos resíduos sólidos, mas os estudos em campo têm nos mostrado que o Reciclação propõe a reciclagem, também e sobretudo, no modo de pensar do morador. Assim, a reciclagem supera os limites da destinação do lixo e segue abrindo fronteiras que se alargam para as mudanças ainda desmedidas, se levarmos em conta a amplitude que o projeto tem alcançado.

Segundo os dados do relatório anual do projeto Reciclação, no ano de 2014 foram realizadas “90 ações de educação e mobilização na comunidade, com a participação direta de 408 pessoas; 16.225, 74 kg de material reciclável recolhido na comunidade (pet, alumínio, plástico duro, longa vida, papelão, óleo vegetal).” CEDAPS (2015).

Ainda segundo os dados recolhidos pelo CEDAPS³,

No primeiro ano de atuação, foram instalados cerca de 50 pontos de coleta na comunidade, além do fortalecimento da cooperação entre as organizações locais, parceiros governamentais e a comunidade. Através da alocação estratégica de *ecobags*⁴ e da divulgação dos horários e dias corretos de coleta. Houve o aumento do volume de resíduos sólidos recolhidos pela companhia de limpeza urbana e os moradores incorporaram à rotina de suas vidas a separação e entrega dos resíduos. (CEDAPS, 2015).

Importante demarcar que este projeto surgiu da vontade popular de mudar uma realidade, após a falta de respostas governamentais. Os órgãos públicos entraram após a mobilização comunitária em prol de buscar mecanismos para resolução das demandas que lhes afligem. Hoje a favela aparece constantemente nas páginas dos jornais como exemplo de gestão dos seus resíduos e de limpeza de seus becos e vielas. De acordo com o relatório anual do CEDAPS (2015), os impactos ambientais que foram reduzidos no ano de 2014 equivalem-se, em termos comparativos à economia de 3.982 kwh de energia - valor que abasteceria 16 residências por um mês com energia elétrica (250kwh/Residência); 81.635 litros de água foram economizados na produção de materiais – valor que abasteceria 454 pessoas por um dia (180L hab.); o montante de papel reciclado evitou o corte de 39 árvores, impactando diretamente no meio ambiente; 792.500.000 litros de água que os 793 litros de óleo arrecadados deixaram de contaminar. CEDAPS (2015).

Consideramos relevante trazer para o debate acadêmico o momento em que as alternativas da “vivência na escassez” (SANTOS, 2007), apresentam as alternativas que o

modo de vida cotidiana da favela pode produzir para mitigar os riscos e vulnerabilidades que a precariedade dos serviços públicos no interior da favela pode gerar.

No caso das favelas, estas políticas vêm, de formas precárias, quando não, inexistentes. Os moradores do Morro dos Prazeres estão na luta pelo reconhecimento público para acessar direitos que são de responsabilidade do Estado, ao mesmo tempo em que desenvolvem estratégias de minoração das carências através da mobilização comunitárias, produzindo efeitos transformadores de seu local de moradia e, conseqüentemente, de si próprias. Nunes afirma esta transformação que produz um sentimento de pertença ao lugar de sua morada.

É na comunidade local em que esse poder aqui protagonizado se expressa, pois é nesse sentido de pertença, de redes de vizinhança, de agrupamentos através de organizações de base comunitária que se produz a luta política por melhores condições de vida, que se ampliam processos autônomos e participativos e acima de tudo, constrói-se a afirmação da identidade [...]. (NUNES, 2015, p.60)

Os movimentos organizados e os ambientalistas – cada um ao seu modo –, foram os que trouxeram o debate em torno do lixo para a arena pública, dando “voz pública” (MOTA, 2014 p. 52) ao então silenciado catador que, para Bastos (2005), construiu as suas referências laborais sem atentar para o potencial existente na sua relação direta com a sua atividade, sujeitando-se à dependência aos demais segmentos da cadeia industrial produtiva do lixo, sempre de forma subalternizada (BASTOS, 2005, p. 2).

O fato de ser dirigido por um Grupo de Trabalho – GT, traz as lutas para dentro do projeto e faz com que os moradores do Morro dos Prazeres também comecem a aprender a trilhar os meandros da luta política em defesa de seus interesses. Como não deixaria de ser, há constantes movimentos no sentido de dar outros direcionamentos, que não os de interesse da favela, para o atendimento de interesses – políticos, financeiros -, de parte do GT. Neste sentido, como ponto positivo observado no campo deste estudo, é o fato de que, como todos os campos da vida social, o projeto de reciclagem aqui estudado sofre tensões.

Contextualizando a favela da Rocinha

A favela da Rocinha está localizada na zona sul da cidade do Rio de Janeiro, entre os bairros da Gávea e São Conrado, e seu surgimento consta da década de 1930. Que de acordo com Gonçalves (2013):

(...) constitui-se a partir do loteamento de uma fazenda de 550 mil m² situada nos limites da parte oeste do bairro da Gávea (no alto do morro), incorporado pela empresa Castro Guidon em 1927⁵. Segundo o Jornal Diário de Notícias, de 27 de maio de 1943, essa empresa já se encontrava em situação de concordata em dezembro de 1933, o que a impediu de prosseguir com as obras de urbanização do terreno. O loteamento não foi aprovado pelos organismos municipais competentes não só pela precariedade da urbanização, mas também pelo fato de que não respeitava as disposições estabelecidas, posteriormente, pelo Código de obras de 1937, e pelo Decreto n° 58, de 10 de dezembro de 1938, que regulamentavam os loteamentos. Os compradores não puderam, portanto, obter o registro definitivo de seus títulos de propriedade. Os trabalhos de abertura do túnel Zuzu Angel (inaugurado em 1972), bem ao lado da favela da Rocinha, empregaram um grande número de moradores da favela, melhorando o acesso à sua parte plana, já no bairro de São Conrado (GONÇALVES, 2013, p. 352).

Gonçalves (2013) aponta também que houve um grande crescimento populacional nesta área, no período de 1960 a 1970, devido à política de erradicação de favelas no Rio de Janeiro⁶, fazendo com que as pessoas oriundas das áreas mais próximas à Zona Sul se instalassem, então, na favela da Rocinha.

Elucida ainda que em 1964 foi criado um novo loteamento pela empresa Christo Redentor⁷ na parte plana da Rocinha, denominado de Bairro Barcelos, que apesar de atualmente ser a área mais valorizada, por ser plana e ter mais infraestrutura que os demais sub-bairros, e com isto os valores das casas, lajes e apartamentos serem mais elevados, custando entre quarenta mil (um quarto com banheiro) e 200 mil (dois quartos, sala, cozinha e banheiro - e em alguns casos com laje), não é regularizado devido a “conflitos fundiários entre os herdeiros da empresa mencionada acima, e também pelo fato dos lotes terem sido projetados com dimensões inferiores às exigências legais⁸” da época (GONÇALVES, 2013, p. 352).

A Rocinha é uma das maiores favelas do Brasil, passou a ser bairro desde o ano de 1993, através da Lei n° 1995 de 18 de julho de 1993 e segundo o IBGE - censo de 2010 - tem cerca de 70.000 mil moradores, o que é contestado pelas lideranças locais e até mesmo diverge do número estipulado por empresas que prestam serviço no local, como é o caso da Light, empresa de energia elétrica, que afirma que nesta localidade há cerca de 150.000 mil moradores. Já algumas lideranças locais estimam que morem cerca de 200.000 mil

moradores, portanto, não se tem contabilizado com certeza o número de moradores da favela, o que por vezes prejudica a análise dos reais problemas existentes.

A favela é dividida em sub-bairros, a saber: Vila Laboriaux, Vila Cruzado, Vila Vermelha, Vila União, Setor 199, Rua 1, Portão Vermelho, Faz de Pressa, Terreirão, Capado, Macega, Morro da Roupa Suja, Campo Esperança (Valão), Largo do Boiadeiro, Bairro Barcelos, Cidade Nova, Curva do “S”, Vila Verde, Trampolim, Cachopinha, Pastor Almir, Cachopa, Dioneia, Sete, Rua 4, Rua 3, e Rua 2.

Nos dias atuais, a Rocinha oferece uma gama de serviços para seus moradores, tanto na área comercial, tais como: bancos (Caixa Econômica Federal, Banco Itaú, Banco do Brasil e Bradesco), lojas de roupas, supermercados, feira permanente de alimentos, etc., quanto na área de serviços, como: unidades de saúde, unidades públicas e privadas de educação, transporte público, rádios comunitárias, associações de moradores, jornais comunitários, instituições religiosas, dentre outros.

A favela da Rocinha e a problemática do lixo

Ressaltamos que o descarte inadequado do lixo é uma problemática existente em diferentes localidades e é praticada por sujeitos distintos, independe de classe social; no entanto, as consequências deste ato são sentidos, sobretudo, pela população de menor poder aquisitivo, por não ter condições de morar em locais seguros, longe de riscos próprios das regiões empobrecidas da cidade, restando-lhes áreas vulneráveis, em muitos aspectos, sendo-lhes negado o acesso digno ao direito à cidade, pois a favela na maioria das vezes, nem mesmo é considerada como integrante da cidade, conforme aponta Lícia do Padro Valladares (2005), já nas primeiras décadas do século XX, os jornalistas visitantes dos morros do Rio de Janeiro criaram uma imagem sobre as favelas, a saber:

A imagem matriz da favela já estava, portanto, construída e dada a partir do olhar arguto e curioso do jornalista/observador. “Um outro mundo”, muito mais próximo da roça, do sertão, “longe da cidade”, onde só se poderia chegar através da “ponte” construída pelo repórter ou cronista, levando o leitor até o alto do morro que ele, membro da classe média ou elite, não ousava subir (VALLADARES, 2005, p. 36).

Legitimando este pensamento, Alba Zaluar et al. (2006), aponta que nas composições da Música Popular Brasileira (MPB):

(...) a representação da favela tende a orientar-se por dois enfoques que, longe de serem excludentes, frequentemente se sobrepõem, o retrato da favela é feito com base em suas características intrínsecas, por outro, essa mesma imagem se constrói de forma relacional, sendo os elementos definidores traçados a partir da e com referência à cidade. Quando isso ocorre, o que chama a atenção, num primeiro plano, é a rígida demarcação que se estabelece entre ambas, fazendo com que a cidade seja vista como uma coisa e a favela como outra. Inúmeras são as referências musicais que tratam a favela como algo alheio, algo que não faz parte, algo, enfim, que é distinto da cidade, não importa a situação, os personagens ou os sentimentos que aí estejam envolvidos (ZALUAR et al., 2006, p. 90).

Essa visão de que a favela não faz parte da cidade, acaba funcionando como uma justificativa para que os serviços públicos sejam precários ou nem mesmo existam, e com o mesmo sentido o fato acontece com o manejo dos resíduos sólidos, pois não são pensadas ações eficazes, visando solucionar a problemática do seu descarte incorreto nas favelas, o que acarreta sérios impactos para a população, conforme o acidente ocorrido em abril de 2010 no Morro dos Prazeres, conforme já sinalizamos.

Confirmando o ponto acima, Acserald (2002), afirma o descaso que essas áreas sempre foram tratadas, pois a prática de permitir que os menos favorecidos sejam os que mais sofram as consequências ambientais já ocorre há muito tempo:

(...) a prática de alocar instalações de esgoto e lixo em áreas habitadas por populações trabalhadoras pobres, desprovidas e pertencentes a minorias étnicas não é recente, tendo sido observada desde a remota antiguidade (ACSERALD, 2002, p. 52).

Na Rocinha a situação não é diferente, pois o descaso no tocante ao direito a uma cidade digna, sempre foi e ainda é violado com frequência. Poderíamos citar aqui diversas formas de violação a esse direito, porém, nos ateremos às políticas e serviços públicos voltados para o manejo dos resíduos sólidos nessa região. Há relatos no Varal de Lembranças/Histórias da Rocinha (1983), de que já na década de 1970, devido à ausência de serviços de limpeza urbana, aí incluindo a coleta de lixo, os moradores por conta própria tinham que fazer mutirões para a retirada do lixo das valas, como podemos observar na fala do morador Francisco Elizeu Cosmo, o Chico Barbeiro - em 14/11/1980:

Esse tempo de mutirão foi em 1978, quando a Silvana mais a Eleonora estavam na Associação. Elas foram contra o mutirão. O mutirão foi mais a gente mesmo. Foi o padre Cristiano, foi o Raimundo, foi essa turma de senhoras de dentro da favela. Os moradores todos se reuniram pegaram pá, carrinho, deram uma geral na vala da favela (UNIÃO PRÓ-MELHORAMENTOS DOS MORADORES DA ROCINHA: Tempo e Presença: SEC, MEC, FNDE, 1983, p.115).

Portanto, registramos que assim como em outras favelas, em 05 abril de 2010, devido às fortes chuvas que ocorreram na cidade do Rio de Janeiro, a Rocinha também sofreu com um desabamento de terra, que acarretou a morte de duas pessoas no sub-bairro Laboriaux. Mas, segundo o presidente da Associação de Moradores, o desabamento ocorreu devido à infiltração de água no solo, pois havia um vazamento na tubulação da CEDAE, que combinado com as fortes chuvas ocorridas nessa data, causou tamanho desastre. Apesar desse desabamento não ter sido ocasionado pelo acúmulo de lixo na encosta, como o que ocorreu no Morro dos Prazeres, podemos analisar a situação registrando que mesmo após o forte impacto sofrido pela população, não houve até os dias atuais, nenhuma iniciativa para implementação de ações/projetos, que busquem alterar esse cenário, diferente do Morro dos Prazeres, onde, conforme descrito anteriormente, passou a haver mobilização popular e pequenas intervenções públicas alavancadas pelos moradores, visando transformar a realidade local.

Na favela da Rocinha em função da sua disposição geográfica e inúmeros sub-bairros existentes, registra-se que há pontos específicos para que os moradores depositem o lixo por eles produzido. Os pontos estão concentrados, em grande parte, ao longo da Estrada da Gávea⁹, sendo que em locais como no Valão, na Rua 2, na Dioneia e no Laboriaux, há pontos de coleta específicos nas próprias localidades. Nestes pontos é possível observar a qualquer hora do dia, montanhas de lixo, o que atrai insetos, ratos, causa mau cheiro e é esteticamente feio, mas isto não instiga a população residente a tomar outras providências e nem estimula o poder público ou até mesmo organizações do terceiro setor a investir em novas práticas.

Segundo a Companhia de Limpeza Urbana do Rio de Janeiro - COMLURB, atualmente são coletadas diariamente, 110 toneladas de lixo, e a coleta é realizada mais de uma vez, em cada ponto, ao longo do dia. No entanto a única alternativa proposta atualmente, foi a implantação de containers, conhecidos como “laranjões” em algumas partes da Rocinha e uma grande concentração destes equipamentos, podem ser observados em frente ao conjunto habitacional, construído durante o PAC 1, na Estrada da Gávea. Mas, não houve divulgação nos meios de comunicação ou mesmo na favela, acerca do seu melhor uso, portanto, o que se observa é o mau uso do equipamento, pois em alguns locais os moradores já começaram a fazer adaptações, colocando uma madeira na tampa do container para deixá-lo aberto constantemente, não sendo necessário acionar o pedal ou a alça existente, então é somente chegar e jogar o lixo. Mas, o que podemos registrar é que onde tem muitos containers, geralmente os que estão nas extremidades são os que ficam abarrotados de lixo, e os demais

permanecem fechados e com poucos resíduos neles depositados, fator que pouco adianta no processo de organização da disposição correta do lixo na favela.

Analisando a situação do descarte incorreto do lixo na favela da Rocinha, a partir das constatações, somos convidados a fazer um exercício que nos permita levantar os diversos fatores que levam as pessoas a descartarem os resíduos sólidos de forma inadequada, pois para nós não basta somente colocá-las como mal educadas e preguiçosas – fala da maioria dos moradores e também do poder público, ao se referir a quem não leva o lixo até uma lixeira ou ponto de lixo estipulado pela COMLURB.

Apesar de hoje já existir serviços públicos na Rocinha, a maioria ainda é precária, deixando muito a desejar, pois os impactos sofridos pela população moradora são incontáveis, sobretudo, no que diz respeito ao descarte incorreto do lixo, realidade vivenciada por várias gerações ali residente, como enchentes, desabamentos, doenças causadas por vetores, convívio constante com amontoados de lixo a céu aberto, dentre outros.

Diante dos fatos, entendemos que para o enfrentamento dessa problemática se fará necessária à atuação do poder público, bem como a mobilização comunitária, pois juntos, será possível garantir, pela via pública, o acesso aos recursos disponíveis na urbe, não somente para quem habita as áreas formais, como é de costume, mas também, para os que residem nas favelas, através do desenvolvimento de soluções eficazes que garantam o acesso digno ao direito à cidade. E também pela própria população moradora, através do seu maior envolvimento com o trato da questão, na busca da garantia de melhor qualidade de vida para todos, fator que sabemos ser possível pela própria experiência vivenciada no Morro dos Prazeres, que apesar das singulares, pode ser replicado, respeitando a cultura e as diferenças locais.

Neste sentido, ressaltamos que ainda há muito que fazer para que a classe menos favorecida não continue exposta aos riscos e conseqüentemente as mais diversas situações de vulnerabilidades já apontadas, por residirem em áreas precárias, pois infelizmente, conforme aponta David Harvey (2014), “a qualidade da vida urbana tornou-se uma mercadoria para os que têm dinheiro” (HARVEY, 2014, p. 46).

Em suma, entendemos que para mitigar as inúmeras questões relacionadas ao descarte incorreto do lixo, somente ações conjuntas do governo e da sociedade civil, através do desenvolvimento de ações eficazes, que envolvam educação ambiental e mobilização

comunitária é que poderão contribuir para que esse segmento social tenha mais qualidade de vida.

Considerações finais

Pensar a favela a partir do asfalto é associá-la aos estigmas que a acompanha e, por conseguinte, estabelecer construções de imagens sobre os seus moradores pela mesma via. Segundo o postulado por Telles (1999) e Mota (2014), o morador da favela acede ao patamar de direito a ter direito à política pública de qualidade, na medida em que tem acesso à informação e aos caminhos que deve traçar, na medida em que consiga estabelecer uma identidade social que o legitime no espaço público. Este é um desafio para morador da favela. Aceder à condição de sujeito da sua história e protagonista das mudanças. Tornar-se “sujeito falante” (TELLES, 1999), capaz de trazer para a arena pública, o “terreno do conflito”, onde entra em debate as suas demandas e possam interferir positivamente na construção de políticas que incidirão sobre suas vidas, fortalecidos para trazer o Estado para assumir as suas atribuições.

Para Mota (2014):

No Brasil, ter reconhecimento público, acessar um direito, corresponde, em grande medida, ao grau de legitimidade destinada ao agente ou aos grupos sociais que deterão, ou não, seus direitos. Como têm salientado muitos autores do campo acadêmico brasileiro (SANTOS, 1979; DAMATTA, 1983; KANT DE LIMA, 2000; CARDOSO DE OLIVEIRA, 2002), a noção subjacente do termo cidadania no Brasil é marcada pela dimensão relacional que informa o modo pelo qual se reconhece ou não a dignidade alheia. Nesse caso, o reconhecimento dos direitos no Brasil de certos segmentos ou indivíduos depende da dimensão da “consideração” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2002) atribuída a uma pessoa ou a uma identidade coletiva. É como a máxima comumente utilizada de que “existem cidadãos mais cidadãos que outros”. Mas que também é marcante, como bem assinala Kant de Lima (1995), não apenas na ordem do discurso, mas no próprio sistema legal, que vincula privilégios de acesso à justiça de acordo com a escolaridade, função ocupada, profissão, etc (MOTA, 2014, p. 42).

Portanto, os impactos causados pelo não acesso pleno aos serviços públicos, devem ser pensados a partir do modo de produção capitalista, tendo em vista que as pessoas que mais sofrem as consequências desta problemática são as mais pobres, que vivenciam as desigualdades oriundas do capitalismo. De acordo com Loureiro et al., “o determinante era e continua sendo o modo de produção capitalista, que estabelece como prioridade, a acumulação de riquezas e não a satisfação de necessidades vitais” (LOUREIRO et al., 2013, p. 62). De acordo com David Harvey (2014):

Desde que passaram a existir, as cidades surgiram da concentração geográfica e social de um excedente de produção. A urbanização sempre foi, portanto, algum tipo de fenômeno de classe, uma vez que os excedentes são extraídos de algum lugar ou de alguém, enquanto o controle sobre o uso desse lucro acumulado costuma permanecer nas mãos de poucos (...) (HARVEY, 2014, p. 30).

Com este sentido, ressaltamos que os moradores de áreas empobrecidas, pensando aqui, no Morro dos Prazeres e na Favela da Rocinha, apesar de terem direitos garantidos por lei, não os têm garantido de fato, e não são raras as vezes que são culpabilizados pelos sofrimentos que lhes acometem. Nesse sentido, trazemos o pensamento da ecologia política crítica e marxista, que nos ajuda a não cairmos:

(...) na armadilha do discurso abstrato que coloca na espécie humana uma ruindade ou bondade inerente, ou que culpabiliza os comportamentos individuais, como se os indivíduos interagissem com o planeta sem mediações sociais, sem ser parte de uma sociedade, que é também produzida por esses indivíduos (LOUREIRO et al., 2013, p. 59).

Pensando esta situação também pelo viés do direito à cidade, chegamos à conclusão de que por muitos anos as favelas em questão, Rocinha e Prazeres, não tiveram sequer o direito aos serviços públicos básicos que deveriam ser disponibilizados igualmente a todos os cidadãos, como o abastecimento de água, o recolhimento de lixo e a uma rede de esgoto, sendo, portanto, negligenciados pelo poder público, esses direitos que garantiriam o real funcionamento da vida urbana e que são fundamentais, mas que de acordo com os novos arranjos da cidade, vem sofrendo várias transformações, conforme aponta David Harvey (2014):

(...) está se dividindo em partes distintas, com a formação aparente de muitos “microestados”. Os bairros ricos, que contam com todos os tipos de serviços, como escolas exclusivas, campos de golfe, quadra de tênis e patrulha de policiamento privado ininterruptas nas ruas, veem-se cercados por assentamentos ilegais onde a água só é disponível nas fontes públicas, não há serviços básicos de saneamento, a eletricidade é pirateada por poucos privilegiados, as estradas se transformam em lamaçais sempre que chove, e onde o compartilhamento de uma mesma casa por várias famílias é a norma. Cada segmento parece viver e funcionar autonomamente, agarrando-se com todas as forças ao que conseguiu para si na luta cotidiana pela sobrevivência (BALBO apud HARVEY, 2014, p. 48 - 49).

Enfim, para além dos ganhos no campo do aprendizado e das lutas políticas a prática compartilhada desenvolvida a partir do Grupo de Trabalho no Morro dos Prazeres, faz com que os moradores se tornem sujeitos falantes, com voz pública, e conhecedores dos meandros necessários à correlação de forças para acessar de forma satisfatória as políticas públicas, portanto, evidencia o que podemos intitular como o diferencial no campo da gestão integrada dos resíduos sólidos, proposta pela legislação- 12.305 de 2010, na medida em que se

estabelece a partir de olhares diversificados sobre o mesmo objeto – o lixo –, posicionamentos que cooperam para o aprimoramento das ações na favela.

Sendo assim, evidenciamos que o Reciclação não teria a visibilidade que hoje tem alcançado, sem esta composição heterogênea do seu grupo, que na medida em que seus membros visibilizam a importância de sua participação no projeto, trazem cada vez mais a favela para os holofotes comprovando que a ação conjunta é capaz de reverter processos excludentes e promover ações exitosas onde todos saem ganhando, além de se destacar como exemplo de boas práticas, retroalimentado as ações a cada matéria publicada ou estudo produzido e ressaltando essa favela como modelo a ser seguido, quando o assunto é o lixo.

Já na favela da Rocinha o que identificamos é a ausência da articulação do poder público, terceiro setor e da população moradora, no tocante as ações em prol das questões ligadas ao descarte inadequado do lixo, pois o assunto é raramente discutido entre os moradores, até mesmo porque são poucos os espaços que os instigam a dar o pontapé inicial. Tendo em vista que os raros grupos existentes, não têm como foco a problemática relacionada ao descarte incorreto de lixo, como o é o caso do grupo **Rocinha Sem Fronteiras**, (grifo nosso), que é de grande importância para a favela, por buscar informar a população, através da realização de reuniões mensais sobre temas diversos, mas que, não pautou em sua agenda ações mais efetiva na questão do lixo, pois só conseguimos inserir na pauta esta discussão apenas uma vez, e não surtiu o efeito desejado, portanto, não identificamos por enquanto, novos caminhos para construção de diferentes espaços de discussão, que tenham como prioridade o trato do descarte inadequado de lixo na favela da Rocinha, embora estejamos tentando articular através da pesquisa essa possibilidade.

Referência bibliográfica

ACSERALD, Henri. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. Rio de Janeiro: **Estudos Avançados**, n° 24, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v24n68/10.pdf> acessado em 20 de agosto de 2015.

_____. Justiça ambiental e construção social do risco. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Rio de Janeiro, n° 5, p.49-60, 2002. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_MA_ST5_Acselrad_texto.pdf acessado em 18 de agosto de 2015.

BASTOS, Valéria Pereira. Construindo Identidades: Catador- herói ou sobrevivente da perversa forma de catação. Niterói, **Confluências**, PPGSD – UFF, n. 4, out 2005.

BEHRING, Elaine Rossetti. BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 5. ed. 2008.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.cfess.org.br/pdf/legislacao_constituicao_federal.pdf acessado em 31 de maio de 2014.

_____. Política Nacional de Resíduos Sólidos. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/4283> acessado em 31 de maio de 2014.

CEDAPS – Centro de Promoção da Saúde. Relatório Anual de Atividades. Acervo do CEDAPS – Rio de Janeiro, 2015.

GRESS 7ª RG/RJ. NOTA PÚBLICA DO CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL / 7ª REGIÃO SOBRE OS RECENTES ACONTECIMENTOS NO RIO DE JANEIRO. Disponível em: <<http://www.cressrj.org.br/site/destaques/rio-de-janeiro-nota-publica-do-cress-rj-sobre-os-recentes-acontecimentos-no-rio-de-janeiro/> acessado em: 23 de setembro de 2015.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Relatório sobre a visita técnica realizada nas comunidades dos Prazeres e Escondidinho (Santa Teresa) em 13 de Abril de 2010. Disponível em: <<http://www.sarj.org.br/uploads/documentos/41.pdf> acessado em: 14 de setembro de 2015.

FREIRE, Aluizio. Moradores do Morro dos Prazeres revelam momentos da tragédia: em favela de Santa Teresa, 26 pessoas estariam desaparecidas. De acordo com o Corpo de Bombeiros, 14 morreram soterradas. In: G1 Portal de Notícias/Rio de Janeiro. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,MUL1559475-5606,00-MORADORES+DO+MORRO+DOS+PRAZERES+REVELAM+MOMENTOS+DA+TRAGEDIA.html> acessado em 20 de setembro de 2015.

GONÇALVES, R. S. **Favelas do Rio de Janeiro: história e direito**. Editora Pallas - PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2013.

HARVEY, David. Cidades Rebeldes. **Do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo. Editora Martins Fontes, 2014.

HÜBNER, Cristiane Fonseca. **As redes de infraestrutura na cidade fragmentada: o urbanismo estilhaçado**. Anais do XIII Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Florianópolis, 2009.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/conceitos.shtm> acessado em: 09 de março de 2015.

KOWARICK. Lúcio. **Capitalismo e marginalidade na América Latina**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2.ed. 1997.

LOUREIRO, Carlos Frederico; LAYRARGUES, Philippe Pomier. Ecologia política, justiça e educação ambiental crítica: perspectivas de aliança contra hegemônica. **Trabalho, Educação, Saúde**. v. 11, n. 1, 2013. p. 53-71

MOTA, Fabio Reis. O meio ambiente contra a sociedade? Controvérsias públicas, reconhecimento e cidadania no Brasil, **Dilemas**, v. 7, nº. 1, 2014. Disponível em: <http://revistadil.dominiotemporario.com/doc/DILEMAS-7-1-Art2.pdf> acessado em: 15 de agosto de 2014.

NETTO, José Paulo. Desigualdade, pobreza e Serviço Social. Rio de Janeiro: **Em Pauta** n. 19, 2007. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/190/213>. acessado em: 14 de junho de 2014.

NUNES, Nilza Rogéria de Andrade. **Mulher de favela: a feminização do poder através do testemunho de quinze lideranças comunitárias do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro. PUC-Rio. Departamento de Serviço Social. Tese de doutorado, 2015.

Rio DE JANEIRO. **Panorama dos Territórios – UPP Escondidinho/Prazeres**. In: RIO MAIS SOCIAL / Secretaria Municipal de Urbanismo/ Instituto Pereira Passos - IPP. Disponível em: <http://www.riomaisocial.org/wp-content/uploads/2014/09/1-Panorama-dos-Territ%C3%B3rios-UPP-Escondidinho-Prazeres.pdf> acessado em: 25 de abril de 2015.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

_____. **Território e Sociedade**. Entrevista com Milton Santos. Entrevistado por Odette Seabra, Mônica de Carvalho, José Corrêa Leite. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2000.

SILVA, Fellipe Figueiredo; LOUREIRO, Hugo Alves Soares & SILVEIRA, Thiago Souza. Diagnóstico dos Deslizamentos na Cidade do Rio de Janeiro a partir das Chuvas de Abril de 2010: estudo de caso do morro dos prazeres. In: **Revista de Geografia**. Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. especial VIII SINAGEO, n. 3, Set. 2010, 180 - 192. Disponível em: <http://www.revista.ufpe.br/revistageografia/index.php/revista/article/viewArticle/393>. Acessado em: 14 de setembro de 2015.

TELLES, Vera da Silva. **DIREITOS SOCIAIS: afinal do que se trata?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

UNIÃO PRÓ-MELHORAMENTOS DOS MORADORES DA ROCINHA. **Varal de Lembranças**: histórias da Rocinha. Tempo e presença: SEC; MEC; FNDE. Rio de Janeiro, 1983.

VALLADARES, L. P. **A invenção da favela**: do mito de origem a favela.com. Editora FGV. Rio de Janeiro, 2005.

VALENCIO, Norma. O desastre como *locus* da barbárie: apontamentos sobre o caso brasileiro (p.31-51). In: VALENCIO, Norma (org.). **Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil**, volume II. São Carlos: RiMa Editora, 2010. Disponível em: http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2011/04/SociologiaDesastres_VII_NEPED_CFP.pdf acessado em 18 de agosto de 2015.

ZALUAR, A.; ALVITO, M. (Org.). **Um século de favelas**. Rio de Janeiro: Editora FGV. 5. ed. 2006.

NOTAS

¹ Resíduos Sólidos: material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnicas ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível.

² Resíduos Sólidos domiciliares: os originários de atividades domésticas em residências urbanas. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm acesso 29/09/15.

³ CEDAPS – Centro de Promoção da Saúde, uma ONG que participa do GT, constituindo-se um parceiro técnico que faz a sistematização das ações do RecilAção.

⁴ Grandes bolsas que são espalhadas pela comunidade para que os moradores possam dispensar os materiais que serão reciclados.

⁵ Fonte: Lucien Parisse, Favelas de l'agglomération de Rio de Janeiro, p. 105, apud Gonçalves, 2013.

⁶ De acordo com Brum, “a maior parte das favelas removidas localizava-se na Zona Sul, tendo sido removidas da orla da Lagoa e do Leblon as favelas da Catacumba, Jôquei Clube, Ilha das Dragas e Praia do Pinto” (BRUM, 2009, p.3).

⁷ De acordo com o Processo nº [0134908-79.2006.8.19.0001 \(2006.001.140731-1\)](http://www4.tjrj.jus.br/consultaProcessoWebV2/consultaMov.do?v=2&numProcesso=2006.001.140731-1), do Tribunal de justiça do Rio de Janeiro, a Companhia de Terreno Christo Redentor adquiriu em 1930, de Hermano Barcellos, a área da Estrada da Gávea, iniciando a ocupação em 1964, quando a dividiu em porções de 80 lotes, não tendo sido feito parcelamento do solo. Disponível em: <http://www4.tjrj.jus.br/consultaProcessoWebV2/consultaMov.do?v=2&numProcesso=2006.001.140731-1&acessoIP=intranet&tipoUsuario=> (acessado em 24 de abril de 2015 as 11h15).

⁸ Fonte: Lucien Parisse, Favelas de l'agglomération de Rio de Janeiro, p. 106, apud Gonçalves, 2013.

⁹ A principal via da Rocinha, que corta toda a favela e faz ligação entre os bairros de São Conrado e Gávea.